

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PRISCILA COSTA SANOMIA

**O IMPACTO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL
(SPED) SOBRE OS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO
MUNICÍPIO DE CACOAL-RO**

Trabalho de Conclusão de Curso

Artigo

**Cacoal – RO
2011**

O IMPACTO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) SOBRE OS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Por:

PRISCILA COSTA SANOMIA

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* de
Cacoal, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em
Ciências Contábeis, elaborado sob a
orientação do Professor Mestre Rogério
Simão.**

**Cacoal – RO
2011**

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS DE CACOAL
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O artigo intitulado “O impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre os escritórios de contabilidade do município de Cacoal-RO”, elaborado pela acadêmica Priscila Costa Sanomia, foi avaliado e julgado aprovado pela Banca Examinadora formada por:

Orientador professor: Ms. Rogério Simão

Professora: Dr^a. Eleonice de Fátima Dal Magro

Professor: Esp. Cleberson Eller Loose

Média

Primeiramente a Deus, pelo dom vida, pois sem Ele nada disso seria possível.

Agradeço a minha mãe Miqueline, aos meus irmãos Miguel e Patrícia pelo carinho, compreensão, apoio, incentivo e confiança.

Ao meu namorado Fernando pelo apoio e carinho, enquanto na elaboração deste trabalho.

Ao meu orientador professor Ms. Rogério Simão que fez tantos esforços quanto eu para que este trabalho fosse realizado.

Aos professores desta universidade que de uma forma ou outra agregam-me valores para seguir durante a minha vida profissional.

Aos colegas e amigos de classe que fizeram destes quatro anos de faculdade, uma fase a ser lembrada para a vida inteira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
1 DA CONTABILIDADE DIGITAL AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED).....	7
1.1 O HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DO SPED.....	8
1.1.1 O certificado digital.....	9
2 ENTENDENDO O SPED.....	10
2.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL.....	10
2.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL.....	11
2.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA.....	12
2.4 CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO.....	13
2.5 LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL ELETRÔNICO.....	14
3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	23
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	25
APÊNDICE B - Questionário direcionado aos empresários contábeis.....	26

O IMPACTO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) SOBRE OS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO DE CACOAL-RO

Priscila Costa Sanomia¹

RESUMO: O presente estudo analisou o impacto do advento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) nos escritórios de contabilidade e como isso contribuiu para as mudanças no seu ambiente organizacional. Os objetivos do estudo foram: compreender a sistemática do SPED a partir do Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007, verificar as rotinas operacionais que foram afetadas com o advento do SPED nos escritórios de contabilidade e descrever quais as principais mudanças e seus impactos, frente à obrigatoriedade que o SPED trouxe aos escritórios de contabilidade. Este estudo justificou-se por ser um processo novo originando várias alterações nas gestões tanto nas empresas-clientes, quanto nos escritórios de contabilidades que as atendem. A metodologia teve uma abordagem de natureza qualitativa se enquadrando como pesquisa de campo, descritiva e exploratória. Foi aplicado questionários aos escritórios de contabilidade do município de Cacoal-RO e coletados dados que, analisados e interpretados, demonstraram quais impactos ocorrem nos escritórios com a implantação do SPED. Conclui-se que para os empresários contábeis o SPED tem trazido bons resultados proporcionando maior agilidade nas atividades desenvolvidas nos escritórios, assim como abrindo oportunidades para trabalhos mais gerenciais.

Palavras-Chave: Gestão. Escritórios. Rotinas. Mudanças.

INTRODUÇÃO

A Contabilidade tem evoluído constantemente ao longo do tempo e um dos pontos que tem contribuído para isso são os avanços na área de informática, uma vez que o objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis que auxiliam na tomada de decisões; e, em virtude da tecnologia da informação está enfrentando algumas mudanças no processo de geração de informações aos seus usuários. O uso da tecnologia da informação está transformando a forma de se fazer a contabilidade, tornando-a em meio digital.

A influência da informática no meio empresarial foi significativa para a profissão na área contábil, de forma a trazer melhorias para o desenvolvimento das rotinas contábeis. Dessa maneira, o desenvolvimento de um estudo a longo prazo criado pela Receita Federal instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) onde é substituído o papel e a assinatura à caneta por arquivos eletrônicos.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Fundação Universidade Federal de Rondônia – *campus* de Cacoal, com TCC elaborado sob a orientação do Professor Mestre Rogério Simão.

A partir do SPED os escritórios contábeis entregarão ao fisco, periodicamente, arquivos contendo informações detalhadas sobre a movimentação contábil, fiscal e financeira das empresas as quais prestam serviços, mediante fluxo único, computadorizado de informações.

A informatização do sistema tributário e contábil criado pelo governo tem o objetivo de unificar e cruzar as informações contábeis e fiscais das empresas dentro das cadeias produtivas, podendo-se então combater a evasão fiscal.

Esse processo novo, ao atingir as empresas, simultaneamente, altera as estruturas de quem presta serviços as mesmas, neste caso, os escritórios de contabilidade.

A tecnologia da informação está trazendo grandes revoluções à gestão, pois as mudanças que o SPED provocou não foi somente no ambiente organizacional da empresa obrigada a ele, mas também aos escritórios de contabilidade que teve todo um preparo tecnológico e de profissionais capacitados para que assim pudessem prestar um serviço de qualidade.

Assim, o presente artigo objetivou analisar as mudanças que o SPED está provocando nos escritórios de contabilidade. Bem como compreender a sistemática do SPED a partir do Decreto 6.022, de 22 de janeiro de 2007; verificar as rotinas operacionais que foram afetadas com o advento do SPED nos escritórios de contabilidade e descrever as mudanças que a obrigatoriedade do SPED trouxe aos escritórios de contabilidade.

A metodologia utilizada no trabalho se deu pelo método dedutivo, onde se partiu de uma situação geral, o SPED, para uma particular, o SPED nos escritórios de contabilidade. A abordagem do assunto SPED compreendeu a legislação existente, frente a pouca pesquisa teórica e acadêmica. Para que pudesse descrever as mudanças ocasionadas com o advento do SPED, recorreu-se a pesquisa de campo, utilizando o levantamento que é um instrumento comum neste tipo de pesquisa. A amostra foi de vinte e três escritórios de contabilidade do total do universo de trinta e sete dentro do município de Cacoal. Aplicou-se um questionário com catorze perguntas fechadas e uma aberta.

A presente pesquisa contribui para o entendimento do novo ambiente empresarial que vem se definindo a partir do SPED, dentro do contexto dos prestadores de serviços contábeis.

1 DA CONTABILIDADE DIGITAL AO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED)

O termo Contabilidade Digital foi utilizado na Resolução nº. 1.061/2005 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) conforme seu artigo 1º:

Estabelecer o Leiaute Brasileiro de Contabilidade Digital, alinhado às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), para fins de escrituração, geração e armazenamento de informações contábeis em meio digital.

Pode ser entendida como sendo o esforço concentrado do Governo Federal, principalmente, da Receita Federal, em direção da padronização dos registros de escrituração contábil digital (PARADA FILHO, 2010).

Contudo, a Resolução CFC nº. 1.078/2006 revogou a Resolução acima mencionada por haver vários planos de contas em divergência com a nomenclatura básica das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC's), pois no Brasil a legislação em vigor autoriza diversos órgãos a estabelecerem de forma descentralizada as normas de padronização contábil.

Sendo o motivo para tal revogação uma padronização da Secretaria da Receita Federal diferente do CFC, considerando o desenvolvimento de um estudo de longo tempo, denominado de Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o qual agrega três grandes projetos: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD).

O conceito do SPED conforme apresentado no sítio eletrônico da Receita Federal:

De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital (BRASIL, 2007).

O SPED não deixa de ser uma padronização dos registros de escrituração digital, pois além das administrações tributárias regularem tal padronização, terão acesso em tempo real das informações de seus contribuintes.

1.1 O HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO DO SPED

O primeiro passo para a viabilidade do SPED foi alterar a redação da Constituição Federal com a Emenda Constitucional nº. 42 de 19 de dezembro de 2003 em seu artigo 37:

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

A partir daí tem-se a necessidade de unificar e compartilhar informações dos contribuintes entre os fiscos federal, estaduais e municipais.

Para o atendimento deste disposto Constitucional, em julho de 2004 no I Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), em Salvador-BA, onde teve como discussão o objetivo de por em prática ações fiscais integradas possibilitando uma maior troca de informações fiscais entre os Estados, Municípios e Distrito Federal.

A respeito desse objetivo, dois Protocolos de Cooperação Técnica foram aprovados, o Protocolo nº 01/2004 que objetivou a construção de um cadastro sincronizado que atenda aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e o Protocolo nº 02/2004 que viabilizasse o desenvolvimento de métodos e instrumentos de administração tributária que atendam aos interesses das respectivas Administrações Tributárias.

O SPED compreende parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infraestrutura logística adequados; onde no II Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT) foi assinado o Protocolo de Cooperação nº 02/2005 objetivando o desenvolvimento do SPED. Sendo criado, então, por meio do Decreto nº. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, no qual sua conceituação está expressa em seu art. 2º:

O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

De acordo com o art. 3º, são usuários do SPED:

- I- a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- II- as administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante convênio celebrado com a Secretaria da Receita Federal; e
- III- os órgãos e as entidades da administração pública federal direta e indireta que tenham atribuição legal de regulação, normatização, controle e fiscalização dos empresários e das sociedades empresárias.

O empresário ou a sociedade empresária há como saber quais os órgãos estão acessando suas informações, ficará registrado o *login*² de cada acesso efetuado para o conhecimento das partes interessadas. Fica garantido o sigilo necessário já que os usuários terão acesso restrito às informações transmitidas, pois serão disponibilizadas no limite da competência de cada órgão (YOUNG, 2009).

1.1.1 O certificado digital

Antes de todos os ENAT's realizados, já havia uma Medida Provisória (MP) nº. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 que se refere a emissão e utilização de certificados digitais.

Entre os atos recentes está a Medida Provisória nº. 2.200 de 2001 que no início de março de 2009 ainda se encontrava em tramitação no Congresso Nacional [...]. Essa MP foi regulamentada pelo Decreto 6.605/2008, criando um Comitê Gestor para implantar a instituída Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil por aquela MP que também transformou o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia. (PARADA FILHO, 2010)

O certificado digital é um documento eletrônico que contém um nome, um número público exclusivo denominado chave pública e muitos outros dados que mostra seu titular para os sistemas de informação. A chave pública serve para validar uma assinatura realizada em documentos eletrônicos. Por ser tratar de um arquivo, deve-se armazená-lo em um dispositivo (DUARTE, 2009).

A assinatura de documentos eletrônicos com o certificado digital garante a identificação de autoria, a integridade, a validade jurídica e a confidencialidade (DUARTE, 2009).

Por isso a importância dos certificados digitais para os arquivos eletrônicos a serem enviados ao ambiente do SPED.

² Em informática, processo inicial de uma sessão de conexão, em que comumente o usuário se identifica.

2 ENTENDENDO O SPED

O SPED agrega três grandes projetos: a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), a Escrituração Contábil Digital (ECD ou SPED Contábil) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD ou SPED Fiscal). Outros projetos como: o Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e) e o Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (E-Lalur) estão em fase de implantação, no caso do Estado de Rondônia a emissão do CT-e, por enquanto, é de caráter voluntário e o E-Lalur deverá ser entregue até o final do último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário de referência tendo a obrigatoriedade a partir do ano-calendário 2011.

Há também outros projetos que não fazem parte do foco deste trabalho e que estão em fase de estudo e implantação como a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), a Central de Balanços, o SPED fiscal-Pis/Cofins e F-cont.

2.1 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

A Escrituração Contábil Digital (ECD), também conhecida como SPED Contábil, foi instituída pela Receita Federal, por intermédio da Instrução Normativa nº 787 de 19 de novembro de 2007; simplificada é a geração de livros contábeis em meio eletrônico, através de arquivo com leiaute padrão e assinado com certificado digital (DUARTE, 2009).

A ECD substituirá paulatinamente a atual sistemática de prestação de informações ao fisco e, de acordo com informações da Receita Federal, compreenderá a versão digital dos seguintes livros:

- 1) Livro Diário e seus auxiliares, se houver;
- 2) Livro Razão e seus auxiliares, se houver;
- 3) Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias os assentamentos neles transcritos (YOUNG, 2009, p.21).

Conforme o art. 3º da Instrução Normativa nº 787/07 ficam obrigadas a adotar a ECD as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado e as sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de

janeiro de 2009, e as demais sociedades empresárias fica facultada a entrega da ECD.

2.2 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL

A Escrituração Fiscal Digital (EFD), também conhecida como SPED fiscal, foi instituída pelo Convênio ICMS nº 143 de 20 de dezembro de 2006.

Cláusula primeira Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte (BRASIL, 2006).

Conforme a cláusula terceira do Convênio ICMS nº 143/2006 a EFD é de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Sendo que as obrigações acessórias instituídas pelo Convênio ICMS nº 57/95 serão dispensadas a critério de cada Unidade de Federação, em que no Estado de Rondônia os arquivos da Guia de Informação e Apuração Mensal do ICMS (GIAM) e do Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços (SINTEGRA) continuarão a ser entregues até que a consolidação das informações sejam feitas (BRITTO, 2009).

De acordo com o § 3º da cláusula primeira pelo Ajuste Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais (SINIEF) nº 02/2009 o contribuinte deverá utilizar a EFD para efetuar a escrituração do:

- I - Livro Registro de Entradas;
- II - Livro Registro de Saídas;
- III - Livro Registro de Inventário;
- IV - Livro Registro de Apuração do IPI;
- V - Livro Registro de Apuração do ICMS;
- VI - documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP.

A partir de sua base de dados, o escritório de contabilidade deverá gerar um arquivo digital de acordo com leiaute estabelecido em Ato da Comissão Técnica

Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS) nº 09/2008, informando todos os documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos federal e estadual, referentes ao período de apuração dos impostos ICMS e IPI.

Este arquivo deverá ser submetido à importação e validação pelo Programa Validador e Assinador (PVA) fornecido pelo SPED. Sendo válida somente após o envio e a confirmação de seu recebimento no ambiente nacional do SPED.

No próprio PVA tem outras funcionalidades tais como: digitação, alteração, assinatura digital da EFD, transmissão do arquivo, exclusão de arquivos, geração de cópia de segurança e sua restauração.

O uso obrigatório da EFD estava previsto para 1º de janeiro de 2009 a todos os contribuintes do ICMS ou do IPI, porém essa obrigação foi restringida pelo Protocolo ICMS nº 77 de 18 de setembro de 2008, sendo até o dia 1º de março de 2011 no Estado de Rondônia, oitocentos e oitenta contribuintes obrigados a enviar a EFD. Sendo que esta lista apenas poderá ser atualizada com a anuência dos Estados e da Secretaria da Receita Federal (BRASIL, 2008).

2.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um documento fiscal instituído pelo SINIEF nº 07/2005, e suas posteriores alterações. Conforme este Ajuste:

1º Considera-se Nota Fiscal Eletrônica - NF-e o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e autorização de uso pela administração tributária da unidade federada do contribuinte, antes da ocorrência do fato gerador.

Ainda conforme o Ajuste SINIEF nº 07/2005 o arquivo digital da NF-e só poderá ser utilizado como documento fiscal, após:

I) ser transmitido eletronicamente à administração tributária, que deverá ser efetuada via internet, por meio de protocolo de segurança ou criptografia, com utilização de software desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte ou disponibilizado pela administração tributária.

II) ter seu uso autorizado por meio de Autorização de Uso da NF-e, a administração tributária da unidade federada do contribuinte analisará, no mínimo, os seguintes elementos: a regularidade fiscal do emitente; o credenciamento do

emitente, para emissão de NF-e; a autoria da assinatura do arquivo digital da NF-e e a integridade do arquivo digital da NF-e.

O Documento Auxiliar da NF-e (DANFE), conforme cláusula nona do Ajuste SINIEF nº 08/2010, serve para acompanhar o trânsito das mercadorias acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta da NF-e, diante da chave de acesso impressa no DANFE que poderá ser consultada no site da Secretaria da Fazenda (SEFAZ) da unidade federada do emitente ou no ambiente nacional disponibilizado pela Receita Federal. Sendo sua consulta disponibilizada na internet pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

A obrigatoriedade das empresas em emitir a NF-e está definido nos protocolos ICMS nº 10/2007 e ICMS nº 42/2009 e suas posteriores alterações.

2.4 CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO

O Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e) foi instituído pelo Ajuste SINIEF nº 09 de 25 de outubro de 2007, que conforme sua cláusula primeira poderá ser utilizado pelos contribuintes do ICMS em substituição aos seguintes documentos:

- I - Conhecimento de Transporte Rodoviário de Cargas, modelo 8;
- II - Conhecimento de Transporte Aquaviário de Cargas, modelo 9;
- III - Conhecimento Aéreo, modelo 10;
- IV - Conhecimento de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 11;
- V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte Ferroviário de Cargas, modelo 27;
- VI - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

O CT-e como um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma prestação de serviços de transportes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte (BRASIL, 2007).

Como informa no sítio eletrônico da Receita Federal, o CT-e ainda está em desenvolvimento de forma integrada pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal.

2.5 LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL ELETRÔNICO

O Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (e-Lalur) encontra-se em elaboração, seu objetivo é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) e na Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), facilitando o cumprimento da obrigação acessória (YOUNG, 2009).

Esta obrigação acessória deverá ser apresentada pelo estabelecimento matriz da pessoa jurídica, até o final do último dia útil do mês de junho do ano subsequente ao ano-calendário de referência, ou seja, os dados inerentes ao exercício de 2010 deverão ser apresentados até o dia 30 junho de 2011.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada em novembro de 2010 nos escritórios de contabilidade instalados no município de Cacoal-RO. Aplicou-se um questionário de quinze perguntas, sendo catorze fechadas e uma aberta.

Para saber quantos escritórios estão registrados no município recorreu-se ao Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia (CRC-RO), sendo então trinta e sete escritórios registrados. Desse total, trinta e dois foram localizados e coletados os dados. Porém, seis destes não tiveram impacto do SPED por seus clientes ainda não serem obrigados.

Há alguns que preferem não ter empresas-clientes obrigadas ao SPED, por onerar os custos do escritório sem a devida valorização financeira das empresas-clientes. Inclusive, um desses escritórios chegou a aconselhar alguns de seus clientes no momento em que houve a obrigatoriedade do SPED a contratar um contador, pois assim custaria menos a empresa e teria um profissional contábil a sua inteira disposição, sendo que o escritório também estaria à disposição em sanar dúvidas, criando um vínculo de consultoria.

Desses vinte e seis restantes, um não estava em funcionamento, e dois não foram encontrados pelo endereço que consta na lista do CRC-RO.

Sendo assim, vinte e três escritórios efetivamente responderam o questionário. Tal questionário foi estruturado em grupos por informações. O primeiro grupo se refere à identificação dos empresários contábeis, uma vez que eles foram

os respondentes. O segundo grupo busca informações sobre o grau de conhecimento do SPED pelos profissionais que trabalham em escritórios contábeis, o terceiro grupo se refere às alterações provocadas pelo advento do SPED nas rotinas dos escritórios de contabilidade e o quarto grupo é sobre as mudanças necessárias nos escritórios em razão do SPED.

A primeira questão foi sobre a formação profissional dos empresários contábeis, dentre os vinte e três, observou-se que nove são bacharéis em Ciências Contábeis com Especialização, sendo nove também os de formação técnica em contabilidade. E os cinco restantes concluíram a graduação em Ciências Contábeis.

Ao questionar sobre as áreas de atuação dos escritórios contábeis constatou-se que do total destes, vinte e dois oferecem serviços de Contabilidade, apenas um destes oferece somente a Escrita Fiscal, não realizando a Contabilidade, e nem mesmo a Consultoria, Perícia e Auditoria.

Ao passo que vinte oferecem serviços de Escrita Fiscal, sendo que deste, três não a fazem, pois presumiram que a Escrita Fiscal está inclusa na parte da Contabilidade. Os serviços de Consultoria são oferecidos por quinze escritórios isso demonstra que alguns empresários contábeis oferecem serviços que poderiam agregar maior valor para as empresas em seus processos de tomada de decisões. Apenas três escritórios oferecem o serviço de Perícia e dois de Auditoria.

Do quadro dos colaboradores destes vinte e três escritórios contábeis tem-se um total de cento e trinta e oito colaboradores, sendo constituído de quarenta e seis de estudantes do curso de Ciências Contábeis, ante a trinta e oito de bacharéis em Ciências Contábeis trabalhando nos escritórios de contabilidade. Sendo cinquenta e quatro colaboradores sem formação em nível superior.

O segundo grupo trata das informações sobre o grau de conhecimento do SPED pelos profissionais que trabalham em escritórios, em que foi possível notar através desta pesquisa que o auge de notícias sobre o SPED foi no ano de 2008, uma vez que alguns contribuintes passaram a ser obrigados a emissão de NF-e dando mais visibilidade ao assunto. Conforme tabela 1.

Tabela 1 - Ano em que ouviu falar pela primeira vez do SPED

Ano	Quantidade de respostas (1)
Ano de 2006	6
Ano de 2007	4
Ano de 2008	7

Tabela 1 - Ano em que ouviu falar pela primeira vez do SPED
(Continua)

Ano	Quantidade de respostas (1)
Ano de 2009	5
Total	22

Fonte: Dados da pesquisa

(1) Abstenção de um respondente.

Em relação aos veículos de informação mais importantes na divulgação do SPED, catorze empresários contábeis, representando 61% das respostas, elegeram a Receita Federal sendo o maior veículo de informação, visto que esse é o órgão responsável em administrar, arrecadar e fiscalizar os tributos federais, assim como também solucionar eventuais problemas, como foi feito com a criação do SPED.

Sendo a SEFAZ responsável por administrar os tributos estaduais, em que treze empresários contábeis, representando 57% das respostas, consideram-na um veículo de informação importante sobre o SPED. Outros veículos de informação foram considerados como boletins eletrônicos do CRC-RO e CFC (48%), SEBRAE (9%) e outros veículos de informação (30%). Como se observa na Figura 1.

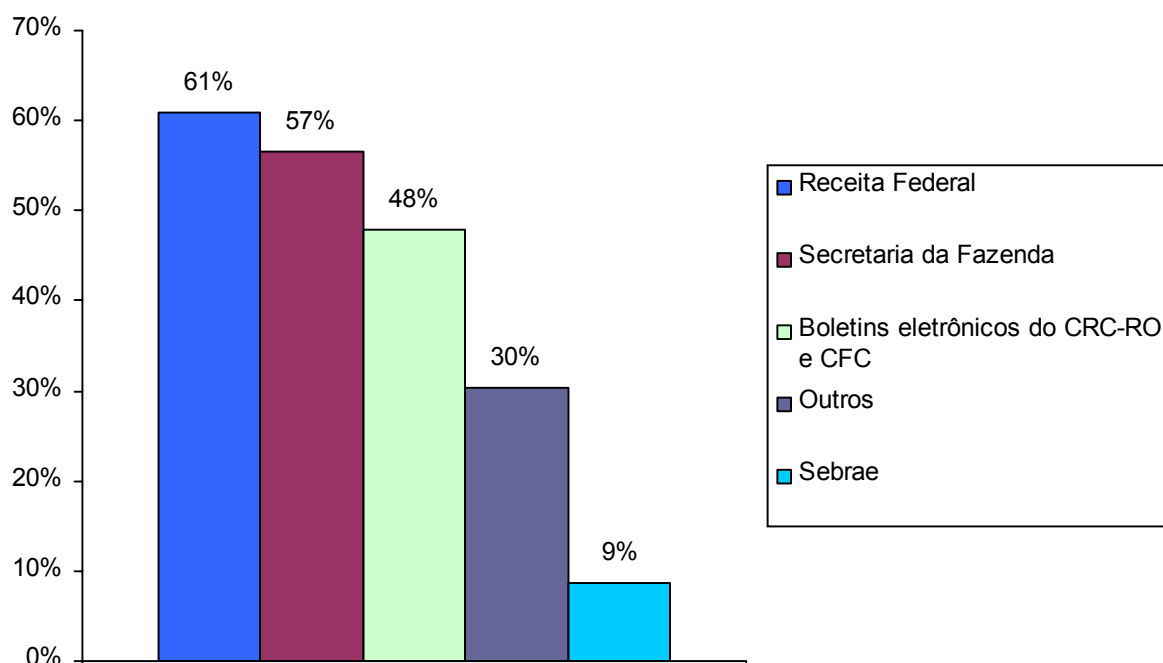


Figura 1: Veículos de informação sobre o SPED

Fonte: Dados da pesquisa

Para aprimorar os colaboradores sobre o SPED, vinte empresários contábeis, o que representa 87%, buscaram capacitação para seus colaboradores através de

palestras oferecidas por outras entidades, bem como também existiram outras oportunidades, em que quatro, ou seja, 17% dos empresários utilizaram treinamento com duração de até oito horas e três empresários, isto é, 13% trouxeram palestras para serem ministradas no próprio escritório. Apenas dois empresários contábeis ainda não haviam buscado nenhum tipo de capacitação para seus colaboradores.

A respeito dos projetos do SPED, vinte e um escritórios contábeis têm empresas-clientes que utilizam a NF-e porque sua obrigatoriedade deve ser estabelecida pelo critério de CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) e muitos códigos de CNAE já entraram na obrigatoriedade. Além do mais, desde 1º de dezembro de 2010 as empresas que realizam operações destinadas a Administração Pública direta ou indireta são obrigadas a emitir a NF-e. Já doze escritórios contábeis trabalham com a Escrituração Contábil Digital (ECD) sinal que há no município empresas tributadas pelo Lucro Real, assim como também se pode ter sociedades empresárias sujeitas ao acompanhamento econômico-tributário diferenciado, pois ambas as tributações estão obrigadas ao envio da ECD; porém, podem também enviar a ECD de forma facultativa as demais sociedades empresárias.

Para nove escritórios de contabilidade a Escrituração Fiscal Digital integra parte de sua rotina diária, pois a sua obrigatoriedade ficou restringida, cabendo aos Estados com a aprovação da Secretaria da Receita Federal a atualização dos contribuintes obrigados a EFD, no estado de Rondônia há oitocentas e oitenta empresas obrigadas ao envio até 1º de março de 2011, sendo que qualquer empresa pode entregar a EFD, independentemente de estar na lista, pois isto desobriga-a ter livros impressos.

Embora o e-Lalur esteja em elaboração pela Receita Federal, cinco escritórios já o utilizam, na forma de testes; da mesma maneira se encontra o CT-e, por enquanto sua emissão não é obrigatória, mas as empresas-clientes interessadas podem iniciar sua emissão em caráter voluntário (MONTEIRO, 2011), nesta pesquisa constatou-se que quatro escritórios já alertam seus clientes para a emissão desse documento.

O terceiro grupo de respostas se refere às alterações provocadas pelo advento do SPED nas rotinas dos escritórios de contabilidade. Dos aspectos relacionados ao clima organizacional percebidos após a implantação do SPED, oito empresários contábeis constataram que não houve nenhuma alteração no ambiente

de trabalho, ainda que seis perceberam que os colaboradores ficaram preocupados ao exercerem suas rotinas diárias, enquanto seis escritórios sofreram um impacto maior afirmando que se estabeleceu o caos por um tempo. Para alguns a cumplicidade entre os colaboradores tornou-se mais freqüente, ao passo que em outros escritórios o ambiente tornou-se mais competitivo.

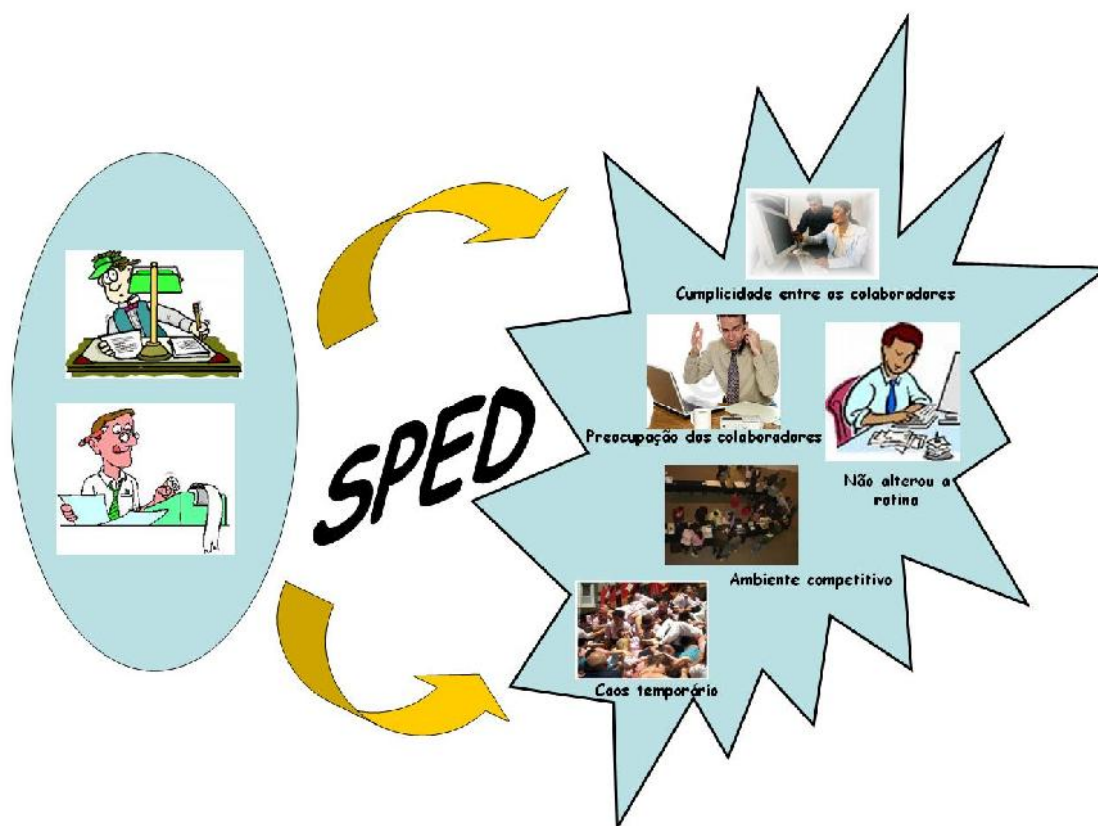


Figura 2: Clima da organização após o SPED

Fonte: Elaborado pela Autora com base nas imagens do GOOGLE

No que tange a produtividade com o advento do SPED, 31% dos escritórios de contabilidade verificaram um aumento na produtividade, sendo que 26% consideraram que a produtividade não foi afetada. Existiram casos em que houve a diminuição da produtividade representando 4% dos escritórios e 9% declarou que a produtividade foi afetada por um longo período, ao que passo que dos 30% restantes a produtividade foi afetada por um curto período de tempo.

A pesquisa mostrou também que 70% dos escritórios contábeis não tiveram nenhuma alteração do quadro de pessoal, presumindo-se que houve apenas uma adequação das rotinas de trabalho. Sendo que algumas dessas adequações acarretaram aumento de horas extras trabalhadas de acordo com 26% dos respondentes. E apenas 4% contrataram funcionários no período.

O quarto grupo relata algumas mudanças que foram necessárias em razão do SPED, e em função das exigências legais para a utilização do SPED alguns aspectos foram considerados mais importantes para o desempenho das atividades nos escritórios, em que foi solicitado aos empresários contábeis que atribuísem níveis de importância de um a cinco as categoria de: Tecnologia de Informação, infra-estrutura física, pessoas (colaboradores), clientes (comunicação) e legislação (adequação), sendo um para mais relevante e cinco para menos relevante. Tendo como resultado as informações descritas na tabela 2.

Tabela 2- Aspectos importantes que impactam na rotina de trabalho

Categoria	Nível de Importância				
	1	2	3	4	5
Tecnologia de Informação	25%	35%	20%	20%	0%
Infra-estrutura física	10%	0%	5%	35%	50%
Pessoas (colaboradores)	5%	25%	25%	15%	30%
Clientes (comunicação)	10%	20%	30%	30%	10%
Legislação (adequação)	50%	20%	20%	0%	10%

Fonte: Dados da pesquisa

Na opinião de 50% dos empresários contábeis o aspecto mais relevante para as atividades desempenhadas nos escritórios foi a adequação à legislação, muito embora 25% dos empresários contábeis também consideram como aspecto importante a tecnologia da informação como preponderante nas atividades desempenhadas, visto que dezoito sentiram a necessidade de investir em Tecnologia de Informação, isso pode ter contribuído para o aumento do custo operacional dos serviços prestados, uma vez que treze empresários contábeis consideraram que houve aumento de tais custos. Sendo a infra-estrutura física considerada em 50% menos importante do que os demais aspectos. Ainda com relação à implantação do SPED houve três empresários contábeis que perceberam uma redução da demanda de clientes e do total de quatro escritórios, metade notou um aumento na demanda de clientes e a outra metade uma redução do custo operacional dos serviços prestados.

Após a implantação do SPED as principais ações tomadas pelos empresários contábeis foram buscar integrar o software do escritório com o de seus clientes; investir em capacitação de seus profissionais; participar de programas de qualidade; integrar o software contábil, fiscal e folha; utilizar métodos de gestão de documentos

eletrônicos; contratar serviços de segurança de dados; se especializar em serviços específicos; se especializar em mercados específicos e bem como outras ações não especificadas na pesquisa.

No geral, o SPED está proporcionando maior agilidade nos resultados dos trabalhos nos escritórios conforme 35% dos respondentes; 25% consideraram que está trabalhando mais na parte gerencial; 22% estão vendo no SPED oportunidades no mercado, enquanto 9% consideram que o SPED está dificultando o dia-a-dia e outros 9% afirmam não terem percebido nenhum impacto. Conforme Figura 2.

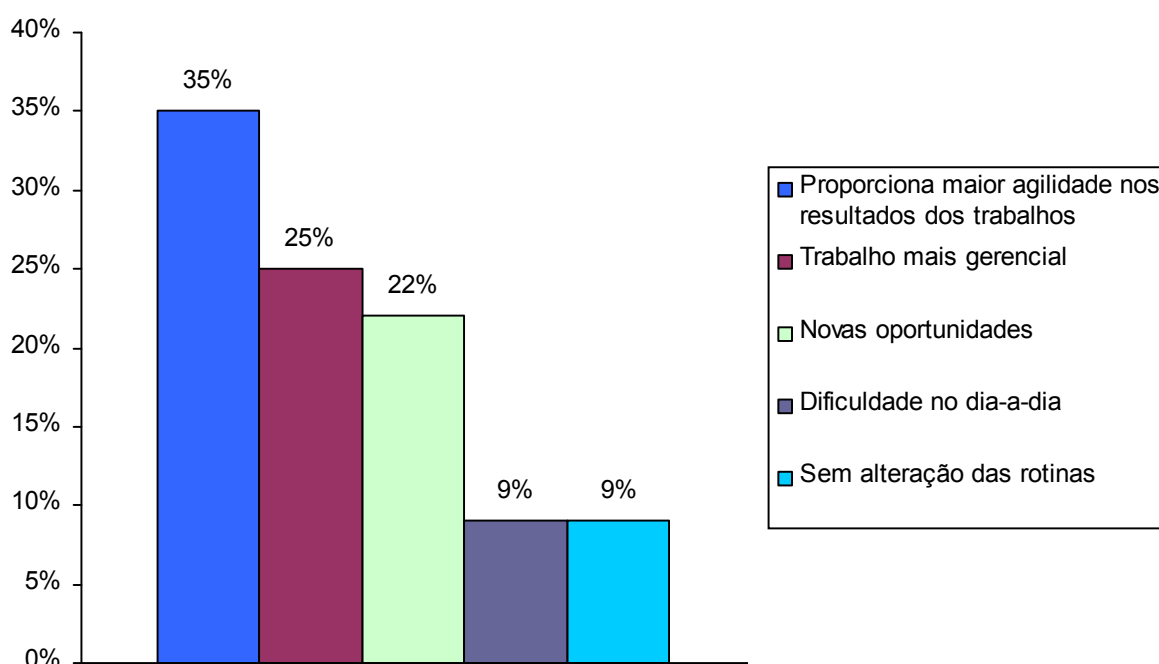


Figura 3: Impacto do SPED na rotina de trabalho

Fonte: Dados da pesquisa

A última questão foi aberta, deixando um espaço para que os empresários contábeis expressassem sua opinião em relação ao papel que os escritórios de contabilidade deverão desempenhar nos próximos anos, em ambiente totalmente digital, pós-SPED. A maioria das opiniões se refere à gestão, da maneira como o SPED proporcionará mais espaço para o profissional contábil trabalhar gerencialmente, podendo então contribuir como consultor de empresas. Pois como a integração entre empresas e escritórios de contabilidade será inevitável, os serviços operacionais serão realizados na empresa e não no escritório como atualmente

acontece, daí a informação será processada na empresa e exportada para o escritório, ficando a ele apenas a responsabilidade de transmitir o SPED.

Outro aspecto importante relatado pelos profissionais contábeis é a comunicação entre empresas-clientes e escritórios de contabilidade, uma vez que ficará o escritório encarregado de orientar os clientes para que apliquem corretamente as leis existentes, e que dentre essas mudanças os clientes vejam a importância do profissional de contabilidade na empresa, tanto para fazer a Contabilidade, quanto para exercer a Consultoria e Auditoria nas empresas a fim de que se faça um trabalho de prevenção de erros ou fraudes que poderiam ocorrer.

Outro fator muito citado pelos empresários contábeis se refere à evolução da tecnologia, que está tornando os dados dos clientes integrados, precisos e de rápida localização nos sistemas de informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho observou-se que o impacto do SPED sobre os escritórios de contabilidade do município de Cacoal-RO trouxe mudanças ao clima organizacional, à produtividade, ao quadro de colaboradores e às rotinas no dia-a-dia. Estas mudanças estão contribuindo para que empresários contábeis atuem como consultor de empresas, podendo auxiliar os gestores nas tomadas de decisões.

A adequação à legislação revelou-se o aspecto mais importante para as atividades desempenhadas nos escritórios, uma vez que existem várias regulamentações aos diferentes ramos de empresas-clientes em um escritório, motivo pelo qual alguns empresários contábeis buscam se especializarem em serviços específicos, pois dessa forma há maior facilidade de acompanhar tais regulamentações.

Não se constatou nenhuma alteração no ambiente de trabalho do clima organizacional após a implantação do SPED, dessa forma pode-se concluir que devido à dinâmica das legislações e regulamentos, tal obrigatoriedade foi vista como mais uma dentre tantas que há periodicamente.

Como em toda organização os colaboradores são peças fundamentais para que a empresa dê resultados, por isso bacharéis e estudantes do curso de Ciências Contábeis são maioria nas equipes de colaboradores, o que demonstra preocupação

dos empresários contábeis em integrar na equipe pessoas interessadas em atuar na área, pois dessa forma há maior produtividade e qualidade nos serviços prestados.

Assim, com o advento do SPED, os empresários contábeis procuraram capacitar seus colaboradores de alguma forma, sendo através de palestras oferecidas por outras entidades ou palestras ministradas no próprio escritório, visto que o conhecimento é importante, pois é preciso estar sempre atualizado, para evitar quaisquer problemas por falta de informação. E, por conseguinte, o SPED proporcionou um aumento da produtividade no cotidiano, pois com os sistemas de informação integrados a agilidade nos resultados foi considerável. Dessa maneira, não se tornou necessárias contratações durante o período, apenas uma adequação das rotinas de trabalho, que dentre elas ocasionou o aumento de horas extras trabalhadas.

Uma quantidade considerável de empresários contábeis julgou a tecnologia da informação um aspecto importante que impacta na rotina de trabalho, uma vez que a aquisição de programas e equipamentos potentes são aliados junto ao profissional a produzir mais rapidamente informações que podem ser tanto importadas ou exportadas pelos sistemas. Mídias com maior capacidade de armazenamento se tornam necessárias, sendo que as exigências de prazos legais para o armazenamento continuam como eram antes dos documentos passarem a ser em meio digital.

Observou-se que os escritórios de contabilidade estão teoricamente aptos a fazer um planejamento financeiro, tributário e gerencial, porque de acordo com a pesquisa grande parte dos empresários contábeis são bacharéis em Ciências Contábeis e alguns ainda possuem a especialização, logo permita-se concluir que o nível de instrução contribuiu para que uma parte dos escritórios atuem também na área de Consultoria.

Objetivou-se nesta pesquisa analisar as mudanças que o SPED está provocando nos escritórios de contabilidade, compreendendo através da legislação que o rege, os mecanismos que obrigaram as empresas a se adequarem. Diante disso, este estudo tende a contribuir para a compreensão do novo cenário que vem se definindo a partir do SPED, as mudanças em razão da legislação são constantes, por isso que a busca pela informação e atualização são indispensáveis no mundo dinâmico contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2001. Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2200-2.htm>. Acesso em: 19 fev. 2011.

_____, 2003. Emenda Constitucional nº 42 de 19 de Dezembro de 2003. Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União.**

Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc42.htm>.

Acesso em: 19 fev. 2011.

_____, 2005. Ajuste SINIEF 07/05. Institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica. **Conselho Nacional de Política Fazendária.**

Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2005/AJ_007_05.htm>. Acesso

em: 05 mar. 2011.

_____, 2006. Convênio ICMS 143/06. Institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD.

Conselho Nacional de Política Fazendária. Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/convenios/ICMS/2006/cv143_06.htm>.

Acesso em: 25 fev. 2011.

_____, 2007. Decreto n. 6.022 de 22 de janeiro de 2007. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital - Sped. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>.

Acesso em: 19 fev. 2011.

_____, 2007. Apresentação SPED. **Receita Federal do Brasil.** Disponível em:

<<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>.

Acesso em: 19 fev. 2011.

_____, 2007. Instrução Normativa nº 787, de 19 de novembro de 2007. Institui a Escrituração Contábil Digital. **Receita Federal do Brasil.** Disponível em: <

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Ins/2007/in7872007.htm>>. Acesso em

07 mar. 2011.

_____, 2007. Ajuste SINIEF nº 09, 25 de outubro de 2007. Institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte

Eletrônico. **Conselho Nacional de Política Fazendária.** Disponível em: <

http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2007/AJ_009_07.htm>. Acesso em:

07 mar. 2011.

_____, 2009. Instrução Normativa nº 989, de 22 de dezembro de 2009. **Receita Federal do Brasil.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9892009.htm>>. Acesso em:

19 mar. 2011.

_____, 2009. Protocolo ICMS 77, de 18 de setembro de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade da Escrituração Fiscal Digital - EFD, nos termos das cláusulas terceira e oitava-A do Convênio ICMS 143/06, que institui a Escrituração Fiscal Digital - EFD. **Conselho Nacional de Política Fazendária**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/protocolos/ICMS/2009/..%5C2008%5CPT077_08.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____, 2010. Ajuste SINIEF 2, de 3 de abril de 2009. Dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital - EFD. **Conselho Nacional de Política Fazendária**. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/AJ_002_09.htm>. Acesso em: 25 fev. 2011.

_____, 2011. Encontro Nacional de Administradores Tributários. **Receita Federal do Brasil**. Disponível em: <<http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat>>. Acesso em: 19 mar. 2011.

BRITTO, Demes. **Comentários Acerca da Legalidade do Sistema Público de Escrituração Digital- SPED**. Disponível em: <http://www.investidura.com.br/revista/index.php?option=com_content&view=article&id=139:comentarios-acerca-da-legalidade-do-sistema-publico-de-escrituracao-digital-sped&catid=58:artigos-cientificos>. Acesso em: 28 fev. 2011.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.061/2005**. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001061>. Acesso em: 16 mar. 2011.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil**. 3.ed. [s.l]: ideas@work, 2009.

GOOGLE Imagens. Disponível em: <<http://www.google.com.br/imghp?hl=pt-br&tab=wi>>. Acesso em: 22 mar. 2011.

MONTEIRO, Acyr Rodrigues. **A Gerência de Fiscalização de CRE/SEFIN-RO informa sobre os procedimentos para emissão do Conhecimento de Transporte Eletrônico-CTe**. Disponível em: <<http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/conteudo.action?id=3166>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

PARADA FILHO, Américo Garcia. **A realidade da contabilidade digital**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=contabildigital2>>. Acesso em: 22 fev. 2011.

SPED - Sistema Público de Escrituração Digital. **Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.portal.sefin.ro.gov.br/site/conteudo.action?conteudo=242#16>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. Curitiba: Juruá, 2009.

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Pesquisadora: Priscila Costa Sanomia

Orientador: Prof. Ms. Rogério Simão

Título da pesquisa: O impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre os escritórios de contabilidade no município de Cacoal-RO

Caro participante:

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada: **O impacto do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) sobre os escritórios de contabilidade no município de Cacoal-RO**, que se refere a um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso. Sua forma de participação consiste em responder um questionário estruturado em catorze perguntas fechadas e uma aberta.

Seu nome não será usado em nenhuma fase da pesquisa o que garante seu anonimato. Não será cobrado nada; não haverá gastos nem riscos a sua participação neste estudo; assim como também não haverá nenhum pagamento com a sua participação. Os resultados contribuirão para a análise da mudança que o SPED está provocando nos escritórios de contabilidade instalados no município de Cacoal-RO. Sua participação não é obrigatória e, a qualquer momento, poderá desistir e retirar seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim, o preferir.

Desde já agradecemos sua atenção e participação colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Em caso de dúvida e outros esclarecimentos sobre esta pesquisa você poderá entrar em contato com o responsável principal: Priscila Costa Sanomia, telefone (069) 8429-3247.

Eu confirmo que **Priscila Costa Sanomia** explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este termo de consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Cacoal-RO, ____ de novembro de 2010.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – Questionário direcionado aos empresários contábeis

Identificação

1) Qual é a sua formação?

- ☐ Bacharel em Ciências Contábeis
- ☐ Bacharel em Ciências Contábeis e especialização
- ☐ Técnico em contabilidade
- ☐ Outros: _____

2) Quais as áreas de atuação de seu escritório?

- ☐ Escrita Fiscal
- ☐ Contabilidade
- ☐ Consultoria
- ☐ Perícia
- ☐ Auditoria

3) Quantos são os colaboradores por formação acadêmica que trabalham em seu escritório?

- _____ Bacharel (éis) em Ciências Contábeis
- _____ Técnico (s) em contabilidade
- _____ Estudante (s) do curso de Ciências Contábeis
- _____ Ensino médio

Informações sobre o grau de conhecimento sobre o SPED pelos profissionais que trabalham com contabilidade em escritórios

4) Quando foi a primeira vez que ouviu falar do SPED?

- ☐ Em 2009
- ☐ Em 2008
- ☐ Em 2007
- ☐ Em 2006
- ☐ Em 2005

5) Em sua opinião, qual ou quais os veículos de informação mais importantes na divulgação do SPED:

- ☐ Boletins eletrônicos do CRC-RO e CFC
- ☐ Secretaria da Fazenda
- ☐ Receita Federal
- ☐ SEBRAE
- ☐ Outros: _____

6) O seu escritório oportunizou aos colaboradores alguma capacitação sobre o SPED?

- ☐) Ainda não.
- ☐) Sim, através de palestra ministrada no próprio escritório
- ☐) Sim, através de palestra oferecida por outras entidades
- ☐) Sim, através de treinamento com duração de até 08 horas
- ☐) Sim, através de curso com duração de mais de 12 horas

7) Quais dos subprojetos do SPED você está utilizando em seu escritório?

- ☐) Escrituração Contábil Digital (ECD)
- ☐) Escrituração Fiscal Digital (EFD)
- ☐) Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)
- ☐) Livro de Apuração do Lucro Real (e- Lalur)
- ☐) Conhecimento de Transporte Eletrônico de Cargas (CT-e)

Alterações provocadas pelo advento do SPED nas rotinas dos escritórios de contabilidade

8) Quais dos aspectos relacionados ao clima organizacional do seu escritório foram percebidos após a utilização do SPED:

- ☐) aumentou a cumplicidade entre os colaboradores, passaram a se ajudar com mais frequência
- ☐) o ambiente tornou-se mais competitivo
- ☐) as pessoas ficaram mais agitadas ao exercerem suas rotinas diárias
- ☐) o clima permaneceu inalterado
- ☐) estabeleceu-se o caos por um tempo

9) No que tange a produtividade, o advento do SPED provocou em seu escritório:

- ☐) aumento da produtividade
- ☐) diminuição da produtividade
- ☐) a produtividade não foi afetada
- ☐) a produtividade foi afetada por um curto período de tempo
- ☐) a produtividade foi afetada por um longo período de tempo

10) Em relação ao quadro de pessoal:

- ☐) foram contratados funcionário (s)
- ☐) foram demitidos funcionário (s)
- ☐) houve aumento de horas extras trabalhadas
- ☐) houve diminuição de horas extras trabalhadas
- ☐) não houve alteração

Mudanças necessárias nos escritórios de contabilidade de Cacoal em razão do SPED

11) Em razão das exigências legais para a utilização do SPED, quais dos aspectos abaixo interferiram mais significativamente, por ordem de

importância (enumere de 1 a 5), no andamento das atividades do seu escritório.

- ☐ () Tecnologia de Informação
- ☐ () Infra-estrutura física
- ☐ () Pessoas (colaboradores)
- ☐ () Clientes (comunicação)
- ☐ () Legislação (adequação)

12) Com a implantação do SPED o que mudou ou/e está mudando em seu escritório? Se julgar necessário marque mais de uma alternativa.

- ☐ () Necessidade de investimento em tecnologia da informação - TI
- ☐ () Aumento da demanda de clientes
- ☐ () Redução da demanda de clientes
- ☐ () Aumento do custo operacional dos serviços prestados
- ☐ () Redução do custo operacional dos serviços prestados

13) Com a implantação do SPED você buscou ou/e está buscando:

- ☐ () Integrar o software do escritório com o de seus clientes
- ☐ () Integrar o software contábil, fiscal e folha
- ☐ () Investir em capacitação de seus profissionais
- ☐ () Utilizar métodos de gestão de documentos eletrônicos
- ☐ () Contratar profissionais mais capacitados
- ☐ () Participar de programas de qualidade
- ☐ () Contratar serviços de segurança de dados
- ☐ () Se especializar em serviços específicos
- ☐ () Se especializar em mercados específicos
- ☐ () Investir em marketing
- ☐ () Outros: _____

14) Em linhas gerais, como o SPED está impactando no seu trabalho?

- ☐ () Está abrindo oportunidades
- ☐ () Está dificultando meu dia-a-dia
- ☐ () Não está mudando nada
- ☐ () Estou tendo que trabalhar mais gerencialmente
- ☐ () Está me proporcionando maior agilidade nos resultados dos trabalhos

15) Na sua opinião, qual o papel que os escritórios de contabilidade deverão desempenhar nos próximos anos, em ambiente totalmente digital, pós-SPED?